



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA



ATA DA 9ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2024.

Às nove horas do dia dois de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Wilson Filho, realizou-se a 9ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à Sessão, além do Deputado Presidente, os seguintes membros titulares: Deputado João Gonçalves e Deputado Del Wallber Virgolino; as Deputadas Camila Toscano e Lucinha Lima, e o seguinte membro suplente: Deputado Taciano Diniz. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião e convidou o Deputado João Gonçalves para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra ao Secretário para que fosse lido o ato de convocação, publicado oficialmente no dia 5 de abril de 2024, e que fosse lida a ementa da Ata da 8ª reunião ordinária, ocorrida no dia 2 de abril, e a ementa da Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública da CCJR, ocorrida no dia 3 de abril, ambas do corrente

ano. Depois, o Presidente as colocou em discussão e votação, ocasião em que foram aprovadas sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão analisaram e votaram os seguintes itens da pauta: item A – Matérias Prejudicadas em Conformidade Com O Art. 163, Da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno): Na ocasião, para fins de registro em Ata, o Presidente leu as seguintes matérias prejudicadas: 1622/2024 – Da Deputada Silvia Benjamin - Declara as “quadrilhas juninas” como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria Prejudicada pela Lei 10.028/2013 1630/2024 – Do Deputado Sargento Neto - Disciplina o cântico dos hinos nacional, da bandeira, do estado da Paraíba e do município, em escolas públicas e privadas no âmbito do estado da Paraíba, na forma que estabelece. Matéria Prejudicada pelas Leis 6.835/2000 e 9.010/2009 1633/2024 – Da Deputada Jane Panta - Cria o Programa de Incentivo à Doação de Cabelos para pessoas em tratamento de câncer no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei 12.304/2022. 1634/2024 – Da Deputada Jane Panta - Determina que os agressores que cometerem crimes de maus tratos contra animais arquem com as despesas decorrentes da agressão. Matéria Prejudicada pela Lei 12.304/2022. Item B - Matérias que Dispensam a Deliberação do Plenário 1872/2024 – Do Deputado Júnior Araújo - Reconhece de utilidade pública a Associação dos Amigos do Bem de Santa Luzia, gerenciadora da Casa de Lázaro, localizada no município de Santa Luzia – PB. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. C – Vetos N°s:



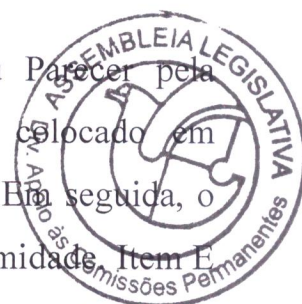
65/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 825/2023 de autoria do Dep. Michel Henrique que denomina de João Henrique de Paes Pires, a área de proteção ao ciclista de competição APCC trecho da PB-008 sul, do km 0, entre a estação ciência de João Pessoa ao km 6, no centro de convenções de João Pessoa. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucina Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos contrários do Deputado João Gonçalves e da Deputada Camila Toscano. Veto nº. 72/2023 - Do Governador do Estado - Veto total ao projeto de lei nº 109/2023, por inconstitucionalidade, de autoria do Dep. Felipe Leitão que "institui o cordão de girassol como instrumento auxiliar de orientação e identificação de pessoas diagnosticadas doenças ocultas e, ou invisíveis no estado da Paraíba." A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos contrários do Deputado Del Wallber Virgolino e da Deputada Camila Toscano. Veto nº. 82/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 217/2023, de autoria da Deputada Francisca Motta, que "Dispõe acerca da prioridade de tramitação dos processos na Administração Pública do Estado da Paraíba, cujo interessado seja pessoa com doença rara e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto.



Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº 84/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 853/2023, de autoria do Deputado Wilson Filho, que "Estabelece a agenda 2030 de promoção à saúde do idoso no Estado da Paraíba e dá outras providências." Retirado de pauta. Pedido de vista do Deputado João Gonçalves. Veto nº. 89/2023 - Do Governador do Estado - Veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei 1016/2023, de autoria do Deputado Michel Henrique, que "dispõe sobre a implementação do programa alimentação consciente na educação básica das redes de ensino público e da outras providências". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Del Wallber Virgolino. Item D – Propostas de Emenda Constitucional N°s: PEC nº. 11/2024 – Do Deputado Romualdo e Outros – Inclui, na Constituição Estadual, o acesso a linguagem simples entre os Direitos e Garantias Fundamentais. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela admissibilidade da matéria com emenda de redação. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PEC nº. 12/2024 – Do Deputado Adriano Galdino e Outros - Acrescenta o art. 58- A na Constituição do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o



posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item E



– Projetos de Lei Ordinária N°s: 1741/2024 – Do Deputado Branco Mendes - Altera a redação do § 6º do art. 19 da Lei de nº: 7.517/2003, acrescentado pela Lei de n.º: 9721/2012, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 810/2023 – Do Deputado Wilson Filho - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de aviso em propagandas publicitárias que contenham imagens de modelos retocadas por computador no estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva e modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1494/2023 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui a Política de Assistência Psicopedagógica nas instituições públicas estaduais de ensino infantil, fundamental e médio no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o

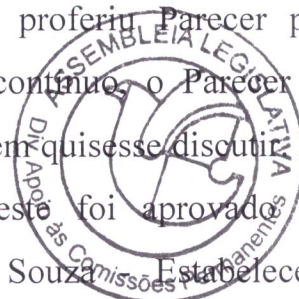
Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; os projetos de lei nº. 1587/2024 ao 1605/2024 – todos do Deputado Adriano Galdino – foram votados em bloco, com a relatoria da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade das matérias constantes em todos eles. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. 1606/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias, cooperativas de créditos e instituições financeiras em geral a fornecer aos clientes comprovantes do início do atendimento. Retirado de pauta. Pedido de vistas do Deputado João Gonçalves; 1610/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Declara o município de Cabedelo como “Capital do Verão Paraibano”. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1611/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a inclusão do tema transversal Agricultura Familiar no currículo das escolas públicas de ensino fundamental e médio mantidas pelo Governo do Estado do Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria, com emenda supressiva e modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade;



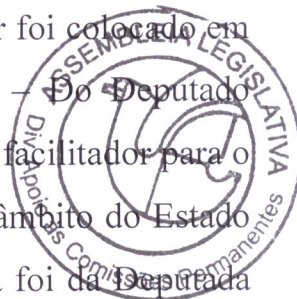


1612/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a obrigatoriedade de Adaptação da lista de material escolar e livros didáticos para alunos com deficiência nas escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Wallber Virgolino; 1613/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a prestação de auxílio às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos supermercados, lojas de departamentos e estabelecimentos congêneres no Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Del Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1615/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Estabelece que a negativa de matrícula escolar deverá ser apresentada por termo escrito e com justificativa, por instituições de ensino públicas, no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva e modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1616/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Institui a política

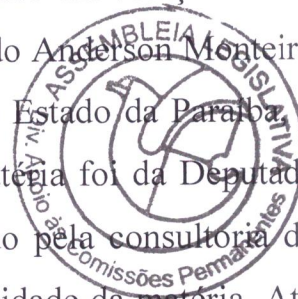
estadual para a população de migrantes, refugiados, apátridas e retornados. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1623/2024 – Do Deputado Galego Souza - Estabelece a obrigatoriedade de atendimento reservado à vítima de crime cibernético, de que resulte violência em todas as delegacias policiais, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1624/2024 – Do Deputado Galego Souza - Dispõe sobre a criação do “Programa Roupas Solidárias”, que destina a doação de produtos de vestuário apreendidos no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1625/2024 – Do Deputado Galego Souza - Dispõe sobre a utilização de material reciclável para a confecção de placas utilizadas em rodovias, bem como em obras públicas no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Del Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela



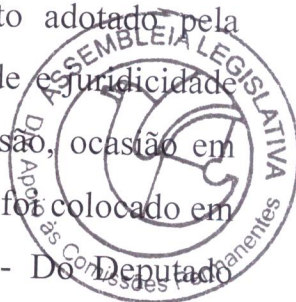
consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1629/2024 – Do Deputado Galego Souza - Dispõe sobre a criação de mecanismo digital facilitador para o acesso à informação previdenciária do servidor público, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1631/2024 – Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre as sanções administrativas aplicadas às pessoas que forem flagradas em áreas e logradouros públicos fazendo uso de drogas ilícitas em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, como voto contrário do Deputado Wallber Virgolino e da Deputada Camila Toscano; 1632/2024 – Do Deputado Galego Souza - Dispõe sobre a inserção do artigo 5º da constituição federal no currículo escolar do ensino fundamental. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve



quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1710/2024 – Do Deputado Anderson Monteiro - Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba, a tradicional Festa do Produtor Rural. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1711/2024 – Do Deputado Anderson Monteiro - Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba, a tradicional Festa Forró Fogo, realizada em Pedras de Fogo, neste Estado. A Relatoria da matéria foi do Deputado Del Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1805/2024 – Do Deputado Junior Araújo - Inclui no Calendário Religioso, Turístico e Cultural do Estado da Paraíba a encenação teatral da “Paixão de Cristo” do município de Cajazeiras-PB, realizada há 25 anos. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1827/2024 - Do Deputado Hervázio Bezerra – Denomina de Jurandy Rocha o Trecho da Rodovia Pb-105, conhecida como Alça de Bananeiras, e que Interliga as Cidades de Bananeiras/Solânea, já em fase de



conclusão através do Governo do Estado. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1876/2024 - Do Deputado Hervázio Bezerra - Denomina de Ginásio Prefeito Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, equipamento em fase de conclusão pelo governo do estado, na cidade de Bananeiras, no colégio Pedro Augusto de Almeida, Escola Normal. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item F – Projetos de Resolução N°s: 198/2024 – Da Deputada Dra Paula - Dispõe sobre a concessão da medalha de honra ao mérito legislativo senador Humberto Lucena à desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 202/2024 – Do Deputado Taciano Diniz - Concede a Medalha de Mérito Jornalístico “Lena Guimarães” à Jornalista Zuila Frutuoso David Duarte, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Del Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa,



proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim da apreciação das matérias. Não houve mais nada a ser deliberado e o Deputado Presidente encerrou a presente Sessão. Lavrou a presente Ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 09 de abril de 2024.

Deputado Wilson Filho
Presidente

